

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO - 2º QUADRIMESTRE DE 2020
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

Processo : TC-003107.989.20

Entidade : Prefeitura Municipal de Igarapava

Assunto : Acompanhamento das Contas Anuais

**Período
examinado** : 2º quadrimestre de 2020

Prefeito : José Ricardo Rodrigues Mattar

CPF nº : 162.070.128-60

Período : 01/01/2020 a 31/08/2020

Relatoria : Dr. Sidney Estanislau Beraldo

Instrução : UR - 17 / DSF – II

Senhor Chefe Técnico da Fiscalização,

Este relatório consolida o resultado do acompanhamento das informações prestadas a esta e. Corte de Contas pelo órgão, no período em epígrafe.

Em atendimento ao TC-A-030973/026/00, registramos a notificação do Sr. José Ricardo Rodrigues Mattar, responsável pelas contas em exame (doc. 01 deste evento).

Informamos que o município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal-IEG-M:

EXERCÍCIOS	2017	2018	2019
IEG-M	C ↓	C+ ↑	C ↓
i-Planejamento	C ↓	C ↓	C ↓
i-Fiscal	C ↓	C+ ↑	B ↑
i-Educ	C ↓	C+ ↑	C ↓
i-Saúde	B ↓	B ↓	C ↓
i-Amb	C ↓	C+ ↑	C ↓
i-Cidade	C ↑	C ↑	C
i-Gov-TI	C ↓	B ↑	C ↓

Obs.: Índices do exercício anterior após verificação/validação da Fiscalização.

A Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, agregando a análise das seguintes fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M – Índice de Efetividade da Gestão Municipal;
2. Ações fiscalizatórias desenvolvidas através da seletividade (contratos e repasses) e das fiscalizações ordenadas;
3. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pela Chefia do Poder Executivo;
4. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema Audesp, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
5. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;
6. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas deste e. Tribunal de Contas do Estado;
7. Outros assuntos relevantes obtidos em pesquisa aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados ou outras fontes da rede mundial de computadores.

O relatório do 1º quadrimestre está colacionado no evento 15.21 destes autos.

O presente relatório quadrimestral visa contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de

eventuais falhas, resultando numa melhoria das contas apresentadas.

Saliente-se, por oportuno, que os dados poderão ser reavaliados quando da fiscalização do fechamento do exercício, oportunidade em que todos os balanços contábeis estarão encerrados.

Ressaltamos, ainda, que a fiscalização, em virtude das limitações de locomoção causadas pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), foi efetivada remotamente, por meio de todas as ferramentas e sistemas disponíveis.

Ademais, foi antecedida de criterioso planejamento, com base no princípio da amostragem, que indicou a necessária extensão dos exames.

Outrossim, consignamos que foi autuado o processo TC-014203.989.20, para fins de Acompanhamento Especial da gestão das medidas de combate à referida pandemia.

PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO

A.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - PLANEJAMENTO

A.1.1. CONTROLE INTERNO

Cumprir registrar, inicialmente, termos verificado que o Sistema de Controle Interno da Origem foi instituído e regulamentado por intermédio da Lei Municipal nº 738, de 20.12.2016. Constatamos ainda que, por meio da Portaria nº 466/2018, a servidora Luciane Batista Gobbi, ocupante do cargo efetivo de Oficial Administrativo, foi designada como responsável pelo setor.

Ademais, informamos que em atendimento ao art. 74 da Constituição Federal, os respectivos relatórios são redigidos com periodicidade quadrimestral, sendo que no relatório relativo ao período em apreço (doc. 04 deste evento), foram abordadas questões atinentes à gestão orçamentária, à disponibilidade de recursos, à aplicação na saúde e no ensino, à aplicação de recursos do Fundeb, às despesas com pessoal e encargos sociais, à dívida ativa, às transferências de duodécimos à Câmara Municipal, aos repasses à entidades do terceiro setor e às despesas efetuadas mediante dispensas e licitações, sem que fossem efetuados apontamentos ou sugestões ao Prefeito.

Constatamos também que, além do relatório quadrimestral supramencionado, a Controladoria Municipal providenciou, conforme documentação inserida no doc. 12 deste evento, a notificação de diversos setores da Prefeitura Municipal de Igarapava a fim de que fossem corrigidas ocorrências relativas à rotina de trabalho do Centro Operacional e Barreira Sanitária e dos Departamentos de Planejamento e Metas, de Esportes e de Compras e Licitações, bem como ao interventor da Santa casa de Misericórdia local, referente a contratos firmados, a licitações instauradas e a prestações de contas de adiantamentos, diárias e de repasses efetuados e de diárias.

Por fim, registramos que, em entrevista com a servidora responsável pelo setor, apuramos que o Controle Interno do Órgão ora fiscalizado está atuando no controle dos atos e despesas relacionadas à pandemia COVID-19 (Comunicado SDG 17).

A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO

No planejamento da fiscalização, não foi selecionado este item para exame neste quadrimestre.

A.3. OBRAS PARALISADAS

Tendo em vista informações fornecidas pela Origem e também verificações efetuadas durante o quadrimestre, há obras paralisadas no município, conforme segue:

OBRA PARALISADA					
Nº do TC	Valor inicial do Contrato (R\$)	Valor total pago (R\$)	Contratada	Data da paralisação	Descrição da obra
005995.989.20	R\$ 5.347.088,99	R\$ 1.304.433,79	Mattaraia Eng. Ind. e Com. Ltda	Não informado	Execução de obra de infraestrutura no Distrito Industrial
-	R\$ 371.386,04	R\$ 257.972,85	M.A. Constr. Igarapavense Eireli	Não informado	Reforma e revitalização da Praça Rui Barbosa
-	R\$ 866.575,20	R\$ 382.791,95	Concergi Constr. Máq. e Serviços	Não informado	Serviços de drenagem pluvial
-	R\$ 511.049,51	R\$ 244.849,65	Tecpav Engenharia Ltda	Não informado	Execução de obra de infraestrutura no Distrito Industrial

**Informações disponíveis no Painel de Obras Atrasadas ou Paralisadas do TCESP¹*

Em que pesem as paralisações acima descritas, não constatamos inobservância ao art. 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal².

Ressaltamos, por outro lado, termos verificado que a Administração Municipal não adotou medidas efetivas para a retomada e conclusão das obras acima relacionadas de forma a viabilizar a prestação do pretendido serviço à população e evitar prejuízos ao erário com desgaste e deterioração das etapas já finalizadas.

Registamos, por fim que, conforme calendário de obrigações do Sistema Audep, a Prefeitura Municipal vem atualizando a este Tribunal as informações sobre Obras Paralisadas e/ou Atrasadas.

PERSPECTIVA B: GESTÃO FISCAL

B.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – GESTÃO FISCAL

Face ao contido no art. 1º, § 1º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, passamos a expor o que segue.

B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PERÍODO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valores	
(+) RECEITAS REALIZADAS	R\$ 62.529.024,92	
(-) DESPESAS EMPENHADAS	R\$ 60.204.717,45	
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	R\$ 2.812.000,00	
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA		
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	R\$ 270.000,00	
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO		
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-R\$ 757.692,53	-1,21%

**Fonte: Relatório de Instrução Audep 08/2020 (doc. 03 deste evento)*

https://paineldeobras.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3AObra%3Apainel_obras.wcdf/generatedContent?usrid=anony&password=zero. Acesso em: 29/10/2020.

² Art. 45. Observado o disposto no § 5º do art. 5º, a lei orçamentária e as de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.
Parágrafo único. O Poder Executivo de cada ente encaminhará ao Legislativo, até a data do envio do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, relatório com as informações necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo, ao qual será dada ampla divulgação.

Depreende-se, da análise do quadro supra, que a Prefeitura encerrou o segundo quadrimestre de 2020 com um déficit da execução orçamentária na ordem de R\$ 757.692,53, valor este correspondente a 1,21% da receita orçamentária arrecadada no período em apreço.

Importante, no entanto, ressaltar que este índice foi obtido com base na despesa empenhada pela Origem. Entretanto, calculando a execução orçamentária do período apenas com base na despesa efetivamente liquidada (R\$ 57.983.280,91), nos repasses de duodécimos efetuados à Câmara Municipal (R\$ 2.812.000,00) e nas transferências financeiras à Administração Indireta (R\$ 270.000,00), apuramos na verdade um superávit de R\$ 1.463.744,01, montante equivalente a 2,34% da receita orçamentária arrecadada no período.

Oportuno registrar que o nível de superávit orçamentário apurado com base na despesa liquidada revelou-se insuficiente para eliminar o déficit financeiro advindo do exercício anterior (R\$ 2.922.763,94), razão pela qual entendemos que a Administração Municipal deve ampliar os esforços para encerrar o exercício em situação de equilíbrio financeiro.

Cumprir destacar ainda que o Município encerrou o quadrimestre em apreço com um índice de liquidez imediata de 0,57, revelando assim uma insuficiente disponibilidade financeira para honrar seus compromissos de curto prazo equivalente a R\$ 9.530.422,35³.

No mais, convém mencionar também termos verificado, conforme análise de restos a pagar, constante no Relatório de Instrução Audesp 08/2020 inserido no doc. 03 deste evento, que, ao longo dos dois primeiros quadrimestres de 2020, houve uma redução dos valores devidos a título de restos a pagar aquém do parâmetro que indique a redução integral no exercício em exame.

Segundo apurado, o montante devido em restos a pagar (*processados e não processados*) no início do exercício corrente equivalia a R\$ 9.684.541,44, dos quais apenas 15,20% (R\$ 1.471.775,49) haviam sido efetivamente pagos ao final do quadrimestre sob análise.

Nos termos do art. 59, § 1º, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Município foi alertado tempestivamente, por duas vezes, sobre desajustes em

³ Disponibilidades 08/2020 (R\$ 12.846.525,60) menos Passivo Circulante 08/2020 (R\$ 22.376.947,95);

sua execução orçamentária (doc. 05 deste evento)⁴.

B.1.2. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

No período, as análises automáticas descritas no Relatório de Gestão Fiscal disponível no Sistema AudeSP (inserido no doc. 06 deste evento) não identificaram descumprimentos aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à Dívida Consolidada Líquida, Concessões de Garantias e Operações de Crédito, inclusive ARO.

B.1.2.1. DESPESA DE PESSOAL

Conforme Relatórios de Gestão Fiscal emitidos pelo Sistema AudeSP, referentes aos 1º e 2º quadrimestres do exercício analisado, é possível ver que o Poder Executivo atendeu ao limite da despesa de pessoal previsto no art. 20, III, alínea “b” da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Período	Ago 2019	Dez 2019	Abr 2020	Ago 2020
% Permitido Legal	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%
Gasto Informado	R\$ 43.432.018,76	R\$ 43.608.285,38	R\$ 42.158.420,49	R\$ 40.565.713,40
Inclusões da Fiscalização				
Exclusões da Fiscalização				
Gastos Ajustados	R\$ 43.432.018,76	R\$ 43.608.285,38	R\$ 42.158.420,49	R\$ 40.565.713,40
Receita Corrente Líquida	R\$ 86.513.557,67	R\$ 91.492.591,33	R\$ 91.104.586,04	R\$ 94.531.276,34
Inclusões da Fiscalização				
Exclusões da Fiscalização				
RCL Ajustada	R\$ 86.513.557,67	R\$ 91.492.591,33	R\$ 91.104.586,04	R\$ 94.531.276,34
% Gasto Informado	50,20%	47,66%	46,27%	42,91%
% Gasto Ajustado	50,20%	47,66%	46,27%	42,91%

*Fonte: Relatório de Instrução AudeSP 08/2020 (doc. 03 deste evento)

B.1.3. PRECATÓRIOS

O exame do presente item será procedida quando do fechamento das contas de 2020.

/

/

⁴ Referente aos meses de maio e junho;

B.1.4. RESTRIÇÕES DE ÚLTIMO ANO DE MANDATO

B.1.4.1. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

B.1.4.1.1. OPERAÇÃO DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO

No quadrimestre em análise o Município não realizou operação de crédito por antecipação da receita orçamentária - ARO.

B.1.4.2. LEI ELEITORAL (LEI FEDERAL Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997)

B.1.4.2.1. ALTERAÇÕES SALARIAIS

Apuramos, conforme declaração inserida no doc. 07 deste evento, que não ocorreram alterações remuneratórias ao longo do 2º quadrimestre do exercício, cumprindo-se, por conseguinte, as vedações impostas pelo art. 73, VIII da Lei Eleitoral.

B.1.4.2.2. DESPESAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA OFICIAL

Verificamos que o Município, em cumprimento às vedações impostas pelo art. 73, VI, “b” da Lei Eleitoral⁵, não efetuou gastos com publicidade (subelemento 3.3.90.39.88 – serviços de publicidade e propaganda) após o dia 15 de agosto.

Apuramos ainda que, nos dois primeiros quadrimestres de 2020 os gastos liquidados de publicidade (subelemento 3.3.90.39.88 – serviços de publicidade e propaganda) não superaram a média dos gastos nos dois primeiros quadrimestres dos três últimos exercícios financeiros (2017 a 2019),

⁵ Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

VI - nos três meses que antecedem o pleito:

(...)

b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;

(...)

VII - realizar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito;

observando a premissa contida no art. 73, VII da Lei Eleitoral, alterada pelo art. 1º, § 3º, inc. VII da Emenda Constitucional nº 107, de 02.07.2020⁶, conforme demonstrado:

Publicidade em ano eleitoral				
Semestres:	1º e 2º quadrim 2017	1º e 2º quadrim 2018	1º e 2º quadrim 2019	1º e 2º quadrim 2020
Despesas	R\$ 47.501,00	R\$ 83.197,51	R\$ 47.600,00	R\$ 2.072,00
Média apurada entre os três primeiros semestres dos exercícios anteriores				R\$ 59.432,84
DESPESAS DO EXERCÍCIO INFERIORES À MÉDIA EM:				-R\$ 57.360,84

B.1.4.2.3. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE BENS, VALORES E BENEFÍCIOS

Conforme declaração inserida no doc. 12 deste evento, a Origem não criou novos programas de distribuição gratuita de bens, de valores, nem benefícios fiscais no quadrimestre em análise.

B.2. IEG-M – I-FISCAL

No planejamento da fiscalização, não foi selecionado este item para exame neste quadrimestre.

PERSPECTIVA C: ENSINO

C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO

A aplicação de recursos, no período, conforme informado ao Sistema Audesp, apresentou os seguintes resultados:

/

/

/

/

⁶ Art. 1º As eleições municipais previstas para outubro de 2020 realizar-se-ão no dia 15 de novembro, em primeiro turno, e no dia 29 de novembro de 2020, em segundo turno, onde houver, observado o disposto no § 4º deste artigo.

(...)

§ 3º Nas eleições de que trata este artigo serão observadas as seguintes disposições:

(...)

VII - em relação à conduta vedada prevista no inciso VII do caput do art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, os gastos liquidados com publicidade institucional realizada até 15 de agosto de 2020 não poderão exceder a média dos gastos dos 2 (dois) primeiros quadrimestres dos 3 (três) últimos anos que antecedem ao pleito, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;

Art. 212 da Constituição Federal:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	27,58%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	27,44%
DESPESA PAGA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	27,17%

FUNDEB:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	105,75%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	105,75%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	103,25%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	81,22%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	81,22%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	78,94%

**Fonte: Aplicação com Recursos Próprios em Ensino Audep 04/2020 e Aplicação com Recursos do Fundeb Audep 04/2020, inseridos nos docs. 08 e 09 deste evento;*

Depreende-se da análise dos quadros supra que a Origem, ao longo dos dois primeiros quadrimestres do exercício, empenhou na manutenção e desenvolvimento do ensino, 27,58% de sua receita proveniente de impostos, atendendo assim o mínimo constitucional exigido pelo art. 212, *caput*, da Carta Magna.

No mesmo sentido, constatamos que, em observância à premissa contida no art. 21, da Lei nº 11.494/07, houve a utilização de todo o recurso do Fundeb recebido no período.

Verificamos ainda que a aplicação na remuneração dos profissionais do magistério da Educação Básica foi superior ao mínimo de 60% do Fundeb recebido, atendendo assim o artigo 60, inciso XII, do ADCT.

Com base nos dados coletados junto à origem durante a inspeção, não constatamos demanda não atendida nos níveis de ensino ofertados pelo Município (declaração inserida no doc. 12 do evento 15).

Além disso, apuramos que as medidas educacionais de emergência adotadas no primeiro quadrimestre pela Secretaria Municipal de Educação para compensar a suspensão das aulas presenciais e mitigar os possíveis impactos sobre a aprendizagem dos alunos da rede municipal de ensino se mantiveram ao longo do segundo quadrimestre.

Das medidas informadas naquela oportunidade, destacamos o envio de atividades e de aulas aos alunos por meio de aplicativos de mensagens, a criação de um “blog escolar” e a distribuição de atividades impressas aos alunos que não dispõem de acesso à internet (declaração

inserida no doc. 13 do evento 15).

C.2. IEG-M – I-EDUC

No planejamento da fiscalização, não foi selecionado este item para exame neste quadrimestre.

PERSPECTIVA D: SAÚDE

D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NA SAÚDE

Conforme informado ao Sistema Audesp, a aplicação na Saúde atingiu, no período, os seguintes resultados, cumprindo a referida determinação constitucional:

Art. 77, III c/c § 4º do ADCT	%
DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%)	26,17%
DESPESA LIQUIDADADA (mínimo 15%)	25,68%
DESPESA PAGA (mínimo 15%)	24,52%

**Fonte: Aplicação com Recursos Próprios em Saúde 04/2020 (doc. 10 deste evento)*

D.2. IEG-M – I-SAÚDE

No planejamento da fiscalização, não foi selecionado este item para exame neste quadrimestre.

PERSPECTIVA E: GESTÃO AMBIENTAL

E.1. IEG-M – I-AMB

No planejamento da fiscalização, não foi selecionado este item para exame neste quadrimestre.

/

/

/

/

/

PERSPECTIVA F: GESTÃO DA PROTEÇÃO À CIDADE

F.1. IEG-M – I-CIDADE

No planejamento da fiscalização, não foi selecionado este item para exame neste quadrimestre.

PERSPECTIVA G: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

G.1. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

No planejamento da fiscalização, não foi selecionado este item para exame neste quadrimestre.

G.2. IEG-M – I-GOV TI

No planejamento da fiscalização, não foi selecionado este item para exame neste quadrimestre.

PERSPECTIVA H: OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

H.1. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES

No período analisado, não chegou ao nosso conhecimento a formalização de denúncias, representações nem de expedientes.

H.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

No planejamento da fiscalização, não foi selecionado este item para exame neste quadrimestre.

/

/

/

/

/

CONCLUSÃO

Com relação aos assuntos tratados neste relatório, destacamos:

A.3. Obras Paralisadas

↪ Verificamos que a Administração Municipal não adotou medidas efetivas para a retomada e conclusão das obras paralisadas e/ou atrasadas de forma a viabilizar a prestação do pretendido serviço à população e evitar prejuízos ao erário com desgaste e deterioração das etapas já finalizadas;

B.1.1. Resultado da Execução Orçamentária

↪ Considerando apenas a despesa efetivamente liquidada, a Prefeitura encerrou o segundo quadrimestre de 2020 com um superávit da execução orçamentária na ordem de R\$ 1.463.744,01, montante equivalente a 2,34% da receita orçamentária arrecadada no período em apreço; valor insuficiente para eliminar o déficit financeiro advindo do exercício anterior (R\$ 2.922.763,94), razão pela qual entendemos que a Administração Municipal deve ampliar os esforços para encerrar o exercício em situação de equilíbrio financeiro.

↪ O Município encerrou o quadrimestre em apreço com um índice de liquidez imediata de 0,57, revelando assim uma insuficiente disponibilidade financeira para honrar seus compromissos de curto prazo equivalente a R\$ 9.530.422,35;

↪ Ao longo do primeiro quadrimestre de 2020, houve uma redução dos valores devidos a título de restos a pagar aquém do parâmetro que indique a redução integral no exercício em exame;

À consideração de Vossa Senhoria.

UR.17, em 30 de outubro de 2020.

Júlio César Coutinho Nahuz

Júlio César Coutinho Nahuz
Agente da Fiscalização